

Ganesha
DIGITAL

<http://ganesha.org.br>



Cultura + Sustentabilidade



**SCC/MinC no
Fórum Social
Temático**

**Diálogo aberto
para o redesenho
do Cultura Viva**

**Rumo à Rio+20,
seminário
discute cultura e
sustentabilidade**

**III Fórum de
Mídia Livre**

**Participação de
movimentos sociais
e experiências
internacionais**

**O estímulo a uma
“revolução”
no Mundo Árabe**

**Encontro
Internacional de
Pontos de Cultura**

**Propostas para unificar
discursos das políticas
públicas na América
Latina**

Índice

Em produção...

3

Atividades da Secretaria de Cidadania Cultural em POA

5 a 11

Secretaria de Cidadania Cultural promove atividades paralelas durante o FST

CNPdC define discurso conjunto para reunião com a SCC/MinC

Diálogo aberto para redesenho do Programa Cultura Viva

SCC/MinC disponibiliza apresentações do Encontro

Cultura e Sustentabilidade, rumo à Rio+20

III Fórum de Mídia Livre

12 a 17

Na abertura, destaque para a importância de se agregar movimentos sociais ao debate

Mídia Alternativa estimula “revolução” no Mundo Árabe

Debate sobre políticas públicas de comunicação apresentou experiências do Brasil e da Argentina

Carta do III FML

Encontro Internacional debate integração cultural da AL

18 e 19

Em Santa Catarina: Teia Catarina é adiada novamente

20 e 21

Ganesha
DIGITAL

<http://ganesha.org.br>



Coordenador
Thiago Skárnio

Diretora de Tecnologia
Tatiane Gonzaga

Animadora de redes
Vivian Bárbara Camargo

Gestora de projetos
Alessandra Pires

Analista de suporte
Eloá Gonzaga

TIs
Walter André
Emanuel Monster

EM REVISTA

Diretor de Arte
Rafael Lopes

Edição Geral
Luciane Zuê

Gestão da Comunicação
Fernanda Afonso

ALQUIMIDIA.org

PONTO de
CULTURA
DE PULSANDO O BRASIL

CULTURA
VIVA
PONTO DE CULTURA
PULSANDO O BRASIL

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Compartilhamento e Controle na Internet é debatido na Campus Party 2012

Pouco antes do início do Campus Party 2012, a Ministra da Cultura, Ana de Hollanda, e o Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, Sergio Mamberti, publicaram um artigo para contribuir com os debates do evento. O texto “Direito autoral frente ao paradigma digital”, foi citado em várias mesas e palestras que trataram de questões como o ativismo online, direitos autorais e a liberdade na internet.

O motivo das discussões foi a proposta citada no texto - Registro Unificado de Obras Intelectuais-, que por si só não seria tão criticada se não estivesse no mesmo anteprojeto de Lei de Direitos Autorais, que conta com o mecanismo de notificação e retirada, o

“notice and takedown” (artigo 105-A), que prevê a retirada de arquivos de blogs e sites pelos provedores logo após a notificação de violação de direitos autorais. Esta ação seria extra-judicial, sem a avaliação de um juiz.

Segundo especialistas da área, o artigo 105-A pode ser usado principalmente para este mesmo compartilhamento, ou seja, desvirtuaria o Registro Unificado de Obras Intelectuais de uma proposta de organização, transparência e o compartilhamento dos bens culturais no país, transformando-o em uma ferramenta de vigilantismo e censura.

O Pontão Ganesha cobriu todas os debates e ouviu opiniões sobre o tema na Campus Party, evento, que aconteceu no Parque Anhembi, em São Paulo, até o dia 12 de fevereiro. Em breve, leia a matéria completa em nosso portal!

<http://www.cultura.gov.br/site/2012/02/06/direito-autoral-frente-ao-paradigma-digital/>



Fórum de Mídia Livre debate os Protocolos Livres

O 3º Fórum de Mídia Livre promoveu diversos debates sobre a comunicação independente no país e no mundo. Um desses momentos foi o painel sobre os “Protocolos Livres”, que trataram da pactuação política e tecnológica de ações, métodos, semântica, e tecnologia entre os movimentos da sociedade civil organizada.

O debate dos protocolos trata de alternativas e ambientes onde as redes possam acontecer para além das listas de e-mails, ou de portais agregadores de feeds.

O Pontão Ganesha cobriu todos os debates e ouviu opiniões sobre o tema no III FML. Leia, em breve, a matéria completa em nosso portal!

Secretaria de Cidadania Cultural paralelas durante o F

Na manhã de domingo (22/01), começou em Porto Alegre a reunião entre Marcia Rollemberg, da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (SCC/MinC), e gestores públicos estaduais e municipais. Em pauta, a discussão sobre o redesenho e planejamento do programa Cultura Viva, rede nacional de pontos encontros nacionais.

Na abertura do encontro, às 10h30, a coordenadora geral da SCC/MinC, Magali Moura, apresentou, de forma sucinta, os calendários de visitas técnicas às Redes de Pontos, de oficinas de capacitação e de liberação de recursos pelo Ministério.

Durante todo o restante da manhã, o tempo foi dedicado a uma reunião entre a secretária Márcia Rollemberg e gestores públicos das redes estaduais e municipais dos pontos de cultura, oportunidade em que a secretária apresentou dados sobre a atual configuração dos pontos de cultura em todo o país, utilizando-se da relação entre indicadores como a renda per capita e o investimento “por cidadão”.

Logo na rodada de apresentação, surgiram as solicitações para a ampliação do número de pontos de cultura nas diversas localidades ali representadas. Santa Catarina, aliás, contava com quatro representantes: dois de Joinville e dois da Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

Apresentando alternativas de se ampliar as ações dos pontos de cultura, Márcia Rollemberg

citou dois programas - Ação Griô e o Agente de Leitura - focados em pessoas físicas para exemplificar uma das possibilidades de se conseguir resolver essa equação. “Para ampliar e

evoluir este programa, temos a alternativa de investir nos agentes de cultura”, explicou, acrescentando que comunicação, cultura e educação são questões estratégicas, e só com a integração dessas três áreas o Programa Cultura Viva será, efetivamente, fortalecido.

Mas há diferenças regionais a se considerar. Marco Vasques, da FCC, chamou atenção para a necessidade de se levar em consideração a realidade de cada estado. Em relação ao programa Agente de Leitura, por exemplo, Santa Catarina anunciou a complementação da bolsa com mais R\$ 200,00, em função do baixo número de inscrições. O acréscimo financeiro - que elevou o valor

da bolsa para R\$ 500,00 - foi um incentivo local ao Programa.

Na parte da tarde, os gestores trabalharam em três grupos de trabalho (GTs), que debateram a partir de perguntas comuns a todas as regiões, abordando temas relacionados



Cultura promove atividades Fórum Social Temático



a gestão, sustentabilidade e capacitação.

Como forma de se estabelecer um retrato o mais fiel possível das demandas, os GTs foram montados mesclando-se representantes de diferentes regiões (norte e sul, sudeste, nordeste e centro-oeste).

De acordo com João Pontes, gestor da rede estadual do Rio Grande do Sul e relator da reunião, as falas evidenciaram a necessidade de um “pacto federativo”, que atue no sentido de unificar comportamentos e processos por parte dos estados e municípios. “Os entes federados precisam estabelecer atribuições, responsabilidades, metodologias e indicadores submetidos ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). Qualquer estado ou município que opte

pela adesão ao SNC, tem que estar comprometido com o programa Cultura Viva”, defendeu.

Na parte da tarde aconteceu, também, uma reunião dos representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), que elencaram demandas para apresentar à secretária da SCC na sequência do encontro.

O Pontão Ganesha participa da Cobertura Colaborativa Especial Ciranda III FML (Link <http://www.ciranda.net/mot/forum-midia-livre>)

Texto: Thiago Skárnio e LuZuê | Fotos: Thiago Skárnio

CNPdC define discurso conjunto para reunião com a SCC/MinC

Na tarde de domingo, enquanto acontecia o trabalho em Grupos de Trabalho (GTs) pelo lado dos gestores públicos, os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) realizavam uma “pré-

reunião”, a partir da qual foram estabelecidas proposições que seriam apresentadas no dia seguinte (23/01), quando a Comissão se reuniria com a secretária Márcia Rollemberg, da SCC/MinC.

O trabalho preparatório para a reunião começou pela rede, já há algum tempo, quando os membros da comissão estabeleceram, pela lista de e-mails, os três eixos temáticos que seriam aprofundados durante o encontro. Os três grupos formados trabalharam em cima da análise de conjuntura do primeiro ano do Governo Dilma, da dinâmica da rede de pontos de cultura em relação aos editais federais, estaduais e municipais, e, finalmente, sobre a importância do kit multimídia e de outras ferramentas ou procedimentos como elementos de integração dos pontos.

A partir desse trabalho em GTs, cada grupo elencou três proposições que, sistematizadas, passam a ser o discurso conjunto da Comissão para a reunião desta segunda-feira.

Além disso, dois outros assuntos surgiram na pauta de discussões. Um deles foi a proposição de um plano plurianual do Programa Cultura Viva, através do qual Comissão e MinC, pactuassem a respeito de temas como previsão orçamentária e indicadores de avaliação, entre outros.

O outro, relacionado aos princípios e pilares do Programa. A proposta é que a Comissão passe a cobrar do MinC uma posição em relação a esses tópicos, de forma que fique clara a posição do Ministério a respeito do Programa, considerando-se todo o seu histórico de atividades.

De acordo com Gilson Máximo, representante de Santa Catarina na CNPdC, essa reunião é o momento de retomar uma discussão que deveria ter



Representantes de Pontos de Cultura Adiantam trabalho e estabelecem pauta para encontro com secretária Márcia Rollemberg

se desenvolvido e estabelecido ao longo dos anos. “Passamos a construir, através da reunião, uma pauta propositiva e de cobrança com relação à atuação do MinC e a respeito dos rumos que o Programa Cultura Viva está tomando”, explicou.

O Pontão Ganesha acompanhou a reunião, com publicações no Twitter e no site.

O Pontão Ganesha participa da Cobertura Colaborativa Especial Ciranda III FML (Link <http://www.ciranda.net/mot/forum-midia-livre>) Texto: Thiago Skárnio e LuZuê | Foto: Thiago Skárnio

Diálogo aberto para redesenho do Programa Cultura Viva

O projeto de redesenho do Programa Cultura Viva foi discutido nos dias 22 e 23 de janeiro, em Porto Alegre, durante o encontro promovido pela Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (SCC/MinC) - futura Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural - com os gestores das redes estaduais e municipais dos Pontos de Cultura e com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC).

Também participaram do evento vários outros representantes do MinC, incluindo as secretarias de Articulação Institucional, Políticas Culturais, Economia Criativa (em estruturação no ministério) e a Secretaria Executiva.

A iniciativa na capital gaúcha buscou estabelecer um diálogo entre as partes, explorando temas relacionados à gestão, sustentabilidade e capacitação. Boa parte do primeiro dia do encontro foi dedicada aos trabalhos em grupos, que elencaram questionamentos e demandas para apresentar à secretária da SCC/MinC na segunda-feira (23).

De acordo com a secretária de Cidadania Cultural, Márcia Rollemberg, a palavra redesenho poderia ser substituída por planejamento, considerando-se a necessidade de se fomentar uma rede de cidadania cultural e de buscar alternativas para a ampliação das ações do Programa e, ainda, estimular a sustentabilidade do processo. “Trata-se de um trabalho que requer empenho de todos os envolvidos, sendo necessária a apropriação, por parte dos personagens, da filosofia que norteia o programa e das interligações com as demais ações empreendidas pelo MinC”, ressaltou a secretária.

Já no primeiro dia do encontro a titular da SCC/MinC chamou a atenção para a atual configuração dos pontos de cultura em todo o país, (página



anterior) utilizando-se da relação entre indicadores como a renda per capita e o investimento por cidadão. Ela destacou que a busca de alternativas para o fortalecimento do Cultura Viva passa, necessariamente, pela integração de três questões estratégicas, que fundamentam as ações do MinC: comunicação, cultura e educação.

OPINIÕES

De acordo com Bernardo Machado, da Secretaria de Articulação Institucional do MinC, quatro palavras poderiam resumir os direitos culturais de todo cidadão e coletivo, que devem ser mantidos pelo Estado: liberdade (de criar), igualdade (no acesso), identidade (respeitando-se a diversidade)

Redesenho do Programa Cultura Viva

e intercâmbio (nacional e internacional). “É nesse sentido que os conselhos de cultura devem ser a cabeça do Sistema Nacional de Cultura, tanto no âmbito estadual quanto no âmbito nacional”, completou.

Para João Pontes, gestor da rede estadual do Rio Grande do Sul, as falas evidenciaram a necessidade de um pacto federativo, que atue no sentido de unificar comportamentos e processos por parte dos estados e municípios. Segundo ele, os entes federados precisam estabelecer atribuições, responsabilidades, metodologias e indicadores submetidos ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). “Qualquer estado ou município que opte pela adesão ao SNC tem que estar comprometido com o Programa Cultura Viva, de forma a demonstrar disposição de se estabelecer um discurso conjunto no planejamento das ações”, frisou.

Já Leri Faria, da CNPdc, defendeu que “já está na hora de estabelecermos uma agenda efetiva de trabalho com quem está na ponta do processo, com quem está no meio e com quem está na função decisória do governo”. Ele destacou o tripé do programa - empoderamento, gestão compartilhada e protagonismo - como elemento estruturante de transformações concretas na vida das pessoas.

IMPORTÂNCIA DO CULTURA VIVA

De acordo com José Maria Reis (Zehma), do CNPdc, dois pontos ficaram muito claros nesses dois dias de diálogo: a importância do Programa Cultura Viva e da manutenção de suas ações. “Esse diálogo é um processo de multiplicação que vai expandindo uma rede que se constrói presencial e virtualmente”, afirmou. Ele ressaltou o compromisso e a disposição de todas as partes envolvidas em participar dessa construção, por meio do diálogo.

Leri Faria disse que, “quando um convite para um diálogo acontece desta forma, provoca uma reflexão profunda também em nosso coletivo: olhamos ao redor e percebemos as limitações da nossa atuação nessa transformação do real”. Frisou, em seguida, que “estamos disponíveis a participar dessa construção”.

O Pontão Ganesha participa da Cobertura Colaborativa Especial Ciranda III FML (Link <http://www.ciranda.net/mot/forum-midia-livre>)

Texto: Thiago Skárnio e LuZuê | Fotos: Thiago Skárnio



As atividades reuniram representantes de Pontos de Cultura e gestores públicos de todo o Brasil

SCC/MinC disponibiliza apresentações do Encontro

A equipe do Ministério da Cultura (MinC) disponibilizou os arquivos das cinco apresentações, acessíveis para download também no site do Ganesha.

Foi uma manhã de intensa programação, que reuniu gestores das redes estaduais e municipais dos Pontos de Cultura e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), em um encontro onde foram disponibilizados dados a respeito dos programas desenvolvidos pela SCC/ MinC, sempre tendo como princípio a problematização e definição de conceitos, princípios e estratégias orientadoras



Rede de Cidadania Cultural e Redesenho do Cultura Viva

A secretária de Cidadania Cultural, **Márcia Rollemberg**, falou sobre a Rede de Cidadania Cultural (que norteia as estratégias de fortalecimento do Programa Cultura Viva) e sobre o redesenho do Programa Cultura Viva, considerando uma política de continuidade e aprofundamento. Esse redesenho foi pensado para se ajustar o Programa a um novo formato, de forma que esteja adequado ao modelo de gestão conduzido pelo Governo Dilma.

http://www.ganesha.org.br/arquivosSGC/DOWN_174357Rede_de_Cidadania_Cultural.pdf
e
http://www.ganesha.org.br/arquivosSGC/DOWN_174440Redesenho_Cultura_Viva.pdf



Plano Brasil Criativo

Por parte da Secretaria de Economia Criativa, **Micaela Neiva** procurou estabelecer conceitos, modelos e relações, até chegar ao Plano Brasil Criativo.


http://www.ganesha.org.br/arquivosSGC/DOWN_174731Economia_Criativa.pdf



Plano Nacional de Cultura (PNC)

O diretor de Estudos e Monitoramento da Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC), **Américo Córdula**, falou sobre o Plano Nacional de Cultura (PNC), estabelecendo metas e papéis dos entes envolvidos - cidadão, artistas/ produtores da cultura e gestores da cultura.

http://www.ganesha.org.br/arquivosSGC/DOWN_174813Apresentacao_Plano_Nacional_de_Cultura.pdf



PAC 2 - Comunidade Cidadã

Cid Blanco Junior, Diretor de Infraestrutura Cultural da Secretaria Executiva do MinC apresentou os espaços culturais nas periferias como uma nova visão de acesso à cidadania, proposta que integra o Projeto do PAC 2 - Comunidade Cidadã.

http://www.ganesha.org.br/arquivosSGC/DOWN_174957Projeto_PAC_2__Comunidade_Cidad.pdf

FONTE: Pontão Ganesha / SCC-MinC

Cultura e Sustentabilidade

Pensar a cultura como componente estruturante da sustentabilidade foi o ponto de partida do seminário “Cultura e Sustentabilidade, Rumo à Rio+20”, última atividade planejada pelo Ministério da Cultura (MinC) na programação paralela ao Fórum Social Temático - FST 2012, que aconteceu em janeiro, em Porto Alegre.

O seminário aconteceu no domingo, 29 de janeiro, na Casa Mário Quintana, e mais do que promover a discussão sobre a real ligação entre cultura e sustentabilidade, serviu como uma preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - a Rio+20 -, que acontece em junho, no Rio de Janeiro.

Durante todo o dia, representantes do MinC, gestores e comunidade cultural estabeleceram diálogos que buscaram destacar a importância da cultura na busca pelo desenvolvimento sustentável, e também lançar luz sobre conceitos de sustentabilidade e ações que podem conduzir esse processo, “especialmente no momento em que se buscam caminhos para as políticas inclusivas de cultura”, como destacou o secretário-executivo do MinC, Vitor Ortiz..

Ortiz foi o condutor da primeira mesa do seminário - “A cultura como pilar estratégico da sustentabilidade” -, e em sua fala destacou a importância de se discutir o papel estratégico das políticas públicas de cultura, colocando-as no mesmo patamar de relevância que as demais áreas. “É um equívoco histórico tratar as políticas públicas de forma isolada. Não podemos falar de uma política cultural, uma política de habitação, uma política urbana, uma política de saúde... Enquanto a cultura não estiver presente em todas as políticas públicas, ela será uma política de governo, isolada, e, portanto, mais frágil”, explicou.

Reforçando essa ideia, Luiz Philippe Torelly, assessor especial da presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (IPHAN), falou a respeito dos desafios relacionados ao

desenvolvimento sustentável, encarado por alguns segmentos meramente como crescimento econômico. Isso, segundo afirma, acontece porque o conceito de sustentabilidade se vulgarizou. “Não pode ter confusão entre sustentabilidade e sustentação. Um patrimônio que eu tenha, pode ter sustentação, mas só vai ser sustentável se gerar empregos, se as pessoas souberem do que se trata”.

Torelly lembrou que há várias esferas envolvidas nesse processo de sustentabilidade (distribuição de rendas, preservação ambiental e, sobretudo, o compromisso com as futuras gerações), a maioria ainda influenciada por um comportamento capitalista que defende a crença de que o desenvolvimento é perpétuo. “É uma crença falsa, e isso fica cada vez mais claro à medida em que a crise internacional se agrava e atinge não apenas empresas, mas a chamada dívida soberana dos países”, afirmou.

Para ele, o combate à pobreza e à assimetria social e econômica norte-sul são o eixo central de qualquer discussão sobre desenvolvimento sustentável. “Enquanto isso não for feito, ficaremos no nível do discurso, como temos estado desde a primeira convenção de Estocolmo, em 1972”, completou.

Uma outra preocupação foi destacada pelo Delegado de Cultura da Câmara Municipal de Barcelona, Jordi Martí. Segundo afirmou, é necessário entender a cultura como elemento de desenvolvimento econômico, e há fatores preocupantes a se considerar.

“As desigualdades entre o 1º e 3º mundo diminuíram, mas a desigualdade econômica dentro dos países aumentou”, salientou, destacando que nesse sentido os movimentos sociais são importantes, mas “a parte preocupante é que associam o estado ao capitalismo e ao inimigo”.

Durante sua fala, Jordi fez uma relação dos que ele considera os principais movimentos culturais em comum no mundo, com destaque para os movimentos das periferias urbanas, os movimentos digitais, que tratam de questões como os direitos do autor e creative commons. Nesses casos, é priorizado o resgate de elementos da cultura popular e proposto um paradigma do colaborativo,

Sustentabilidade, rumo à Rio+20

Thiago Skárnio



uma nova ética, vinculada ao momento econômico em que vivemos.

MUDANÇA DE VALORES

Os diversos tópicos que envolvem a relação Cultura X Desenvolvimento Sustentável foram abordados também pelo secretário adjunto da Cultura do Rio Grande do Sul, Jéferson Assunção, que chamou atenção para a cultura como elemento de qualificação do desenvolvimento econômico e social. Para Assunção, o setor cultural está cada vez mais representativo e a sociedade mais participativa. Mesmo assim, destacou que a cultura como forma de sustento ainda é privilégio de poucos e isso precisa ser ampliado. “O modelo desejável é aquele que quer fortalecer a sociedade do conhecimento, da educação, da informação, da troca de experiências culturais. A questão da cultura tem surgido como um vetor importante, também, no processo conscientizador e anticonsumista. Mas não podemos apenas ter obrigações; precisamos de investimento”, defendeu.

Nesse sentido, o secretário destacou a necessidade de se estimular novos comportamentos, tanto por parte da sociedade quanto dos governos e do mercado. “É preciso investir mais em cultura, desenvolver políticas nas mais diferentes esferas e alertar ao mercado que são necessárias outras formas de empreendedorismo que levem em conta os potenciais do setor criativo”.

O seminário prosseguiu com as mesas sobre “O pontenSocial da

Rio+20

Reforçando a proposta de se chegar à Conferência das Nações Unidas com uma posição consensual dos países do Mercosul em relação à cultura e sustentabilidade, Jéferson Assunção lembrou que está programada para abril, em São Paulo, uma reunião ampliada, que além de

Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, incluirá Chile, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru, na qual os ministérios da cultura da região devem formalizar uma opinião regional conjunta sobre o tema.

“É um desejo da presidenta Dilma que haja um consenso regional em todas as áreas, então, estamos perseguindo isso também na Cultura. Não temos dissenso. Ao contrário, temos muitos consensos”, comemorou.

De acordo com Assunção, durante a Rio+ 20 o MinC contará com dois espaços no Galpão da Cidadania e no Armazém do cais do porto, ambos abertos a manifestações culturais diversas. “Nossa ideia é reunir debatedores, conferencistas e artistas, garantindo que na Rio+20 a questão da cultura não seja um tópico decorativo”, finalizou.

Cultura”, “A dimensão econômica do desenvolvimento cultural” e “Diversidade e Sustentabilidade”.

O Pontão Ganesha participa da Cobertura Colaborativa Especial Ciranda III FML (Link <http://www.ciranda.net/mot/forum-midia-livre>)

Texto: Thiago Skárnio e LuZuê | Fotos: Thiago Skárnio

Leia mais sobre o Seminário:

<http://www.cultura.gov.br/site/2012/01/29/cultura-e-sustentabilidade-4/>

<http://www.cultura.gov.br/site/2012/01/30/cultura-e-sustentabilidade-5/>

Na abertura do FML, desta se agregar movimento



As discussões no III Fórum de Mídia Livre circulam ao redor de três eixos principais (direito à comunicação, apropriação tecnológica e políticas públicas), e prosseguem durante a tarde de sexta e todo o sábado (27 e 28/01), na Casa Mario Quintana, em Porto Alegre.

Na mesa de abertura do III Fórum de Mídia Livre (FML), que aconteceu na manhã da quinta-feira (27/01), em Porto Alegre, Rita Freire, da Ciranda da Comunicação, se aproveitou de um relato sobre o histórico do evento para destacar a importância do movimento como difusor dos debates a respeito da mídia e do direito ao acesso à comunicação em todo o mundo.

“O primeiro FML aconteceu no Rio de Janeiro, em 2008, e reuniu ativistas de comunicação e outros movimentos preocupados com essa luta. Começava ali não apenas um diálogo sobre a mídia, mas também um processo para que os demais movimentos da sociedade também se apropriassem dessa discussão”, lembrou.

Para ela, o FML foi, na verdade, o leito de um processo de contribuições para o estabelecimento de agendas relacionadas a políticas públicas nas áreas da cultura e da mídia, inclusive a política de Pontos de Cultura.

Passados quase quatro anos daquele primeiro encontro, quando se buscava um diálogo com os governos para garantir direitos aos cidadãos, as colocações feitas no primeiro dia do FML evidenciaram que houve progressos, mas também retrocessos, conforme explicou Rodrigo Savazoni, da Casa de Cultura Digital. “Se fizemos uma análise conjuntural, na troca de governo percebemos retrocessos, afinal, quando se pensa em política pública, o Estado precisa estar presente. No entanto, tivemos uma redução desse canal e também na qualidade do debate”, afirmou.

Opinião semelhante foi manifestada por

Rachel Bragatto, dos coletivos Soylocoporti e Intervezes, que chamou atenção para uma questão que há tempos tem lugar garantido na pauta das discussões sobre o mídia e comunicação: o marco regulatório das comunicações. Para Rachel, essa definição é imprescindível. “Entidades e sociedade civil compartilharam a pauta do direito à comunicação, e é fundamental que seja garantida a variação de vozes, opiniões e cultura e o direito de veiculá-las também na grande mídia. Dependemos do governo para estabelecer esse marco”, acrescentou.

A ideia da mídia livre parece ter transbordado em si mesma. As discussões levantadas não se limitam a fronteiras geográficas. “Estávamos em Dakar no momento da queda das ditaduras árabes, em janeiro de 2011, e ali se pensou na realização do 2º FMML (Fórum Mundial de Mídia Livre) dentro da cúpula dos povos durante a conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, justiça climática e ambiental, na Rio + 20. Esperamos dar uma resposta aos países africanos que pediram para definir Mídia Livre”, lembrou Rita Freire.

Mas a importância da discussão não se resume a definições, e de acordo com Ivana Bentes, coordenadora do Pontão da ECO - UFRJ, uma das propostas a se levar para a Rio+20 é a de sair da discussão e usar a potência de mobilização e organização do ‘midialivrismo’. “A mídia é estruturante. Mais do que conceituar Mídia Livre, precisamos saber como podemos usar as ferramentas e como podemos agregar”, disse.

que para a importância de tos sociais ao debate



Coletivo Fora do Eixo

geração passam o dia discutindo na internet. E essa prática é muito importante, porque esse formato de mesa, palestra, não funciona. Nós abrimos oficinas online e as 250 vagas lotaram rapidamente”, exemplificou. Para Marcelo, iniciativas como as que aconteceram em Nova Iorque, com o movimento “Ocupa Wall Street”, são resultado desse processo, onde grandes corporações e movimentos sociais buscam um reposicionamento. “Existe essa novidade e precisamos nos aprofundar também nesse tema, nesse novo espaço de disputa”, opinou.

Há muito debate pela frente. “Precisamos nos reposicionar. Para discutir política pública, precisamos de uma análise de conjuntura que possa nos apontar a direção para onde vamos caminhar”, conclui Rodrigo Savazoni.

A estruturação da mídia também foi abordada por Marcelo Branco, coordenador do Conexões Globais, para quem as mídias sociais são, mais do que uma maneira de se fazer comunicação, uma nova forma de organização. “Os garotos na nova

O Pontão Ganesha participou da Cobertura Colaborativa Especial Ciranda III FML (Link <http://www.ciranda.net/mot/forum-midia-livre>) Texto: Juliana Bassetti - Projeto Conexão Amanajé e LuZuê | Foto: Coletivo Fora do Eixo

Mídia alternativa estimula "revolução" no



A terceira edição do Fórum de Mídia Livre (FML) foi repleta de discussões sobre o espaço da mídia no contexto das mobilizações globais por um mundo mais democrático, plural, participativo e sustentável.

Nos três eixos de discussão (que colocaram em questão o “Direito à Comunicação”, “A Apropriação Tecnológica e Redes” e “As Políticas Públicas”) ficou claro que os midialivristas e todas as suas formas de organização e expressão (blogs, redes sociais, comunicação comunitária, produção audiovisual, veículos alternativos, etc.) conquistam espaço e importância em todo o mundo.

Mas esse espaço e importância ficaram ainda mais marcantes durante o Painel Internacional “Mídia Alternativa na Palestina”, realizado às 11h00, no primeiro dia do FML. Tratava-se da exposição de impressões e realidades de pessoas que vivem em países nos quais a mídia e a comunicação são submetidas à vontade dos governos, cerceando o acesso à informação ou à pluralidade de ideias.

De acordo com Mohamed Leghtas, coordenador do portal da sociedade civil Magreb/Mackrek, uma situação diferenciada começou a surgir em 2007, quando o Fórum Social Mundial foi realizado no Quênia, e o Mundo Árabe se deu conta de que não usava a internet para comunicação. Representantes da Líbia, Palestina, Egito, Argélia e Iraque iniciaram um projeto de uso da rede como forma de comunicação alternativa, e o passo inicial foram oficinas de treinamento da comunidade local em uso de software livre, celulares e postagem de vídeos e fotos em plataformas como Facebook e YouTube.

“A situação política na região foi caracterizada pela falta de liberdade de expressão, de diálogo, e falar em novas tecnologias de comunicação foi uma maneira de ultrapassar o controle e a censura. Naquela ocasião, várias alternativas de mídias foram desenvolvidas”, lembrou Mohamed. Das rádios comunitárias à comunicação em rede, todas as alternativas foram utilizadas para dar início ao que Mohamed classifica como uma ‘revolução’.

Os resultados foram rápidos e eficientes, conforme as informações e dados listados por Mohamed. Desde que se iniciou esse processo, o número de usuários do Facebook triplicou (hoje são mais de 7 milhões de pessoas), e durante a revolução do Egito, 1,7 milhão discutiram o fato pelo site. “Muita network tem se realizado entre os movimentos sociais na região. São ferramentas para a luta. Sem armas AK-47, mas com Twitter e Facebook. A câmera é uma arma sem balas”, explica Leghtas, acrescentando que “estão ocorrendo muitas mudanças, mas não sabemos para qual direção apontam”.

Na opinião de Ahmad Jaradat, do Alternative



Mundo Árabe

Information Center, a mídia alternativa contribuiu com essas mudanças de comportamento nas esferas social e política, na medida em que disponibiliza olhares diferenciados aos fatos, e dão espaço para o que não é divulgado pelos veículos oficiais. “Em 1993 todos os jornais eram controlados antes de ser distribuídos, e hoje podemos falar de dois tipos de mídia: a oficial, que quer manter como tudo é, e a mídia alternativa, que quer a mudança”, afirmou.

Ahmad destaca, entretanto, que atualmente uma das ocupações da polícia tem sido controlar a mídia. “Muita gente foi presa em função do que publica em jornais e blogs”, informou.

Mas isso não diminui a atividade em rede, conforme apontou. O primeiro ministro da Palestina impôs uma política, e as pessoas, especialmente os jovens, estão se manifestando através do Facebook, principalmente contra a ocupação da

Palestina e em relação à política salarial imposta pelo governo. Ahmad insite na importância política desse comportamento gerado pela comunicação em rede: “A questão não é simplesmente enviar informação às pessoas, mas estimular as reflexões a respeito da realidade”.

Nesse processo, os jovens têm papel fundamental. De acordo com a jornalista Baby Siqueira Abrão, correspondente do Brasil de Fato na Palestina e representante do Palestinian Center Peace and Democracy, isso acontece não apenas porque são usuários das comunicação via redes sociais, mas também por uma característica inerente à idade: “Os jovens não aceitam estar submetidos a partidos políticos. Eles querem seguir uma nova ideia, uma nova proposta”.

O Palestinian Center dá cursos de formação política para jovens da Cisjordânia, explorando temas como democracia e sociedade civil. Além disso, recebem treinamento na área de mídia. Ao final do curso, vários acabam criando seus próprios programas. Para muitos, esta é a única alternativa de aprendizado e espaço para discussão. “As vilas são muito simples, muçulmanas, vivem da agricultura. A universidade é cara e não existe ensino superior público.

Segundo a jornalista, há várias manifestações e disputas entre sociedade civil e governo que sequer chegam a ser noticiadas por aqui. “Não existe espaço no Brasil para notícias da Palestina. Só a mídia alternativa, como o Brasil de Fato, Carta Maior e outros poucos abrem espaço para o assunto. Mas graças à internet, o mundo toma conhecimento disso”, concluiu.



O Pontão Ganesha participa da Cobertura Colaborativa Especial Ciranda III FML (Link <http://www.ciranda.net/mot/forum-midia-livre>)

Texto: Thiago Skárnio e LuZué | Projeto Conexão Amanajé - Juliana Bassetti

Foto: Thiago Skárnio

Debate sobre políticas p apresentou experiências

A primeira mesa do segundo dia de debates do III Fórum de Mídia Livre, na manhã do sábado (28/01), teve como tema central as Mídias Livres e as Políticas Públicas. Rosane Bertotti, coordenadora do Fórum Nacional para a Democratização da Comunicação (FNDC), falou da convergência para a criação da plataforma de democratização da comunicação, o Plano Nacional da Banda Larga (PNBL), traçado pelo governo Lula.

“Não chegamos a garantir que a banda larga seja pública e que a população tenha acesso. Não basta a informação; se não há acesso, a democracia não se estabelece”, considerou, afirmando que nesse sentido é necessário que haja resistência a propostas como o Projeto de Lei 84/99 - o AI5 Digital - e todas as demais iniciativas que não garantam à população acesso à informação e políticas públicas.

Em relação ao marco regulatório, Rosane chamou atenção para a pouca participação popular, que em sua opinião tem influência sobre o fato de o marco não passar de uma série de documentos. “Mas não é apenas vontade política. Precisamos apontar para onde queremos ir e atuar fortemente no marco regulatório”, insistiu, reafirmando a necessidade de que sejam garantidos não apenas a sustentabilidade e financiamento de rádios comunitárias e revistas produzidas pelas novas mídias, mas também a sustentabilidade do debate.

Rosane reforçou o discurso repetido desde os primeiros debates do Fórum de Mídia Livre, que em sua maioria defendem que o movimento midialivrista deve incorporar a luta de outros movimentos, como forma de convergir e reforçar o processo democrático.

Trata-se de um movimento que se replica rapidamente em países de diferentes línguas e culturas, mas que têm em comum a necessidade de tornar efetiva uma nova forma de fazer comunicação.

A argentina Judith Gerbaldo, integrante da Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (ALER), falou sobre o processo da elaboração da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual Argentina, promulgada em outubro de 2009.

Judith lembrou que a construção dos 21 pontos teve início em 2005, quando começaram a plantar essa ideia a partir de conversar com pessoas que estavam impulsionando novos modos de fazer

Michele Torrini



Rosane Bertotti e Judith Gerbaldo

comunicação. Os primeiros questionamentos foram sobre os meios vigentes e as políticas de comunicação existentes na Argentina. “Se eu tenho uma rádio com 30 Watts, a quem alcanço? A quem posso incomodar? Até onde as atuais leis permitem que os meios cresçam e se desenvolvam? Essas perguntas nortearam nossa busca por novas normas e por novos meios de se fazer comunicação”, relata.

Num segundo momento, com a organização dos meios alternativos, novas questões surgiram: “Queremos reproduzir a mídia hegemônica ou buscar outros modelos, outros valores? Porque esse pontos estão por detrás das políticas de comunicação. Temos que saber para quê servem a lei e o marco regulatório”. Em parceria com o Foro Argentino de Rádios Comunitárias (FARCO), reuniram mais de 300 entidades em torno dessa discussão. “Criamos os 21 pontos considerando a comunicação como um direito fundamental”, explica.

A partir daí, um amplo processo de discussão pública se abriu com campanhas puxadas pelas

úblicas de comunicação do Brasil e da Argentina

organizações sociais. "Foi histórico. Um ponto de encontro de setores populares com o meio político, que tomou essa demanda e a converteu em lei", lembra Judith. Em 2008, com as eleições para presidente, ela explica que o processo avançou e conquistou o apoio da presidenta eleita, Cristina Kirchner, que se comprometeu a enviar o projeto de lei para o Congresso, aprovado no ano seguinte.

Porém, para ela, a conquista da lei foi um ponto de chegada para reiniciar a luta. Como a lei vai se aplicar, como serão definidas as frequências no espectro e a questão da digitalização dos meios são temas que ainda precisam ser mais debatidos. "Temos que seguir lutando e acompanhando esse processo. Estamos trabalhando também teatro, mecanismos de produção de cultura e possibilidades de construção conjunta, na tentativa de construir um mundo mais inclusivo", relata.

E para os países que pretendem seguir os passos argentinos, Judith explica que não existe

uma receita para superar as limitações, mas que é possível tornar realidade o que se imagina impensável. Ela acredita que um bom começo é acreditar na perspectiva da integração latino-americana, como forma de nos tornarmos menos dependentes dos Estados Unidos e Europa e de fortalecer o reconhecimento a nossa própria cidadania.

O Pontão Ganesha participa da Cobertura Colaborativa Especial Ciranda III FML (Link <http://www.ciranda.net/mot/forum-midia-livre>).

Texto: Juliana Bassetti - Projeto Conexão Amanajé - e LuZuê / Colaborou Michele Torinelli, Coletivo Soylocoporti

Foto: Michele Torinelli



Carta do III Fórum de Mídia Livre



Ao final do III Fórum de Mídia Livre, os participantes do evento deram início à redação da Carta do III Fórum de Mídia Livre - na qual reafirmar o reconhecimento da comunicação como um direito humano e social e um bem comum, cuja defesa deve ser objeto da luta das mídias livres, do conjunto dos movimentos sociais e alcançar a sociedade como um todo

No texto, defendem a tomada de ações que contemplem os encaminhamentos debatidos e acordados durante o III FML.

Leia a íntegra da Carta: <http://www.ganesha.org.br/index.php?mod=pagina&id=13045>

Rede de Pontos de Cultura pro e discute sobre o intercâmbio

Janeiro foi um mês marcante para os Pontos de Cultura, que em atividades paralelas ao Fórum Social Temático (FST - de 24 a 29 de janeiro em Porto Alegre), tiveram duas oportunidades para discutir políticas culturais voltadas à cultura, e também a integração com iniciativas semelhantes que brotam em diversos países latino-americanos.

Além do encontro com gestores públicos das redes de pontos e representantes de Pontos de Cultura de todo o Brasil (promovido pela Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura - SCC/MinC, com cobertura nas páginas 4 a 9 desta edição), aconteceu também o 1º Encontro Mundial das Redes dos Pontos de Cultura e Rede Sem Fronteiras, que teve como tema principal de discussão a “Cultura como bem universal dos povos”, organizado pela representante de Pontos de Cultura do Rio Grande do Sul, Marly Cuesta, e apoio dos gestores públicos e Representação Regional Sul do MinC.

O Encontro Mundial aconteceu em Canoas, na Grande Porto Alegre, no dia 25 de janeiro, e reuniu participantes do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Colômbia e Porto Rico, que durante um dia inteiro de intensa troca de experiências, tornaram evidente a necessidade de se estabelecer uma forma de integração regional, não apenas das culturas, mas também das políticas públicas relacionadas ao tema.

Hoje há Pontos de Cultura em implantação em nove países da América Latina, e a disposição de estabelecer um discurso conjunto esteve presente nas falas de praticamente todos os representantes.

Jorge Iván Blandón Cardona, que veio de Medellín (Colômbia), e é representante da Plataforma Puente - Rede Latino Americana de Pontos de Cultura, destacou a possibilidade de

Thiago Skármino



O encontro reuniu participantes do Brasil, Argentina, Uruguai,

se utilizar as rádios comunitárias entre os países, divulgando conteúdo em espanhol e português, como forma de diminuir as diferenças entre as culturas dos povos. Esse seria um dos primeiros passos para que se estabeleçam políticas culturais integradas. “Queremos uma campanha continental na América Latina, defendendo uma política pública que disponibilize 5% do orçamento de cada país para a cultura e 1% para a cultura viva”, explicou Jorge.

De acordo com o relato de Gilson Máximo (link no final do texto), representante de Santa Catarina na Comissão Nacional de Pontos de Cultura, que participou do encontro, a fala de Célio Turino - que foi titular da SCC/MinC no governo Lula, e um dos responsáveis pela implantação e disseminação do Programa Cultura Viva - no final da manhã, destacou o momento difícil enfrentado pelos Pontos de Cultura em todo o Brasil. Apesar disso, ficou claro que o

Promove encontro internacional de cultura da América Latina

Thiago Skárnio



Paraguai, Colômbia e Porto Rico,

Programa rende frutos e serve como norteador de iniciativas por todo o continente. Rodrigo Martinez, de San Jose (Costa Rica), do Colectivo 8 Remolinos, afirmou que os povos latino-americanos têm valores em comum, como a solidariedade, afetividade e a vontade de mudança, fundamentais para a disseminação desse intercâmbio de experiências. “Nós temos que embarcar com vocês nesta campanha, em experiências de economia solidária, múltiplos encontros e transformação social”, complementou.

Esse discurso integrado colocado em pauta durante o encontro seria, portanto, não apenas a forma de se estabelecer uma política pública unificada, mas também fortalecer as políticas de cada país, possibilitando um evidente desenvolvimento cultural, que atinge povos e comunidades diversas.

Nesse sentido, Lúcia Fernanda, do Ponto de Cultura Indígena Raízes do Kaingang (RS), destaca, por exemplo, que os povos indígenas seriam, também, beneficiados, num processo que passa pelo reconhecimento e valorização da diversidade cultural, tão bem representada pelo Brasil. “Essa inclusão deve acontecer, sobretudo, pelo protagonismo de quem faz cultura, de quem pensa cultura, de todos os atores - gestores, agentes, povos e comunidades - e segmentos que produzem a cultura no Brasil e no mundo”, declarou Lúcia, que é Especialista em Gestão Pública.

Em narrativa publicada no blog dos pontos de cultura de Santa Catarina, Gilson Máximo destacou, também, que foi interessante perceber como, independente do local, a política cultural colocada em prática através dos pontos de cultura desempenha um caráter transformador, a exemplo do que se verificou no Brasil. Gilson lembrou que os Pontos de Cultura estão em implantação em nove países da América Latina, e destacou a importância de se fomentar esse debate. “É a forma de nos fortalecermos como um movimento cultural e social. O futuro do Programa Cultura Viva em nosso estado e o futuro de nossas entidades como Pontos de Cultura depende, em muito, da nossa capacidade de mobilização e ação”, escreveu em seu relato.

Ao final do encontro, foi feita uma sistematização das propostas elencadas, com o objetivo de compor a Carta para a Cúpula dos Povos, que acontece na Rio+20.

O Pontão Ganesha participa da Cobertura Colaborativa Especial Ciranda III FML (Link <http://www.ciranda.net/mot/forum-midia-livre>)

Texto: Thiago Skárnio e LuZuê | Foto: Thiago Skárnio

Relato/ Gilson Máximo: <http://cultura.sc/pontos/encontros-pontos-de-cultura-no-fst/>

Em Santa Catarina: Teia Catarina



O adiamento da Teia Catarina foi anunciado pelo presidente da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Joceli de Souza, durante reunião realizada no dia 19/01, em Florianópolis, que contou com a presença de representantes de pontos de cultura de diversas regiões do estado.

“Não há condições técnico-legais de a Teia Catarina acontecer em março”, disse o presidente da FCC, justificando a decisão basicamente pelo processo de transição pelo qual passam FCC e Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL). “É uma decisão minha. Com o advento da interveniência executiva, vai se criar um buraco negro e será impossível, por exemplo, se fazer a licitação através da FCC nesse período”, explicou.

Com isso, a Teia (inicialmente marcada para novembro de 2011 e num segundo momento transferida para março de 2012), retorna ao status de evento sem data definida, passando a depender de um acerto entre representantes de pontos e FCC.

“Não vou criar nenhum obstáculo, mas teremos que dar um tempo para que a coisa dê certo”, afirmou Joceli.

A posição apresentada pelo presidente da FCC na reunião rovou reações tímidas junto aos representantes dos pontos. As colocações foram, em sua maioria, no sentido de se “respeitar toda a memória do processo construído desde o início de 2010”, como lembrou Leandro Fonseca, do Ponto de Cultura Multiplicando Talentos, de Criciúma.

Na tentativa de se buscar uma solução de consenso, ficou acertado que um grupo de representantes ficaria com a função de definir uma data alternativa, provavelmente em maio ou

junho, e apresentá-la à presidência da FCC.

Um segundo assunto colocado em pauta ocasionou um pedido de desculpas pela parte do presidente da FCC: Vicente Pozzobon, do Ponto de Cultura Baleeira, questionou a Fundação a respeito das avaliações das prestações de contas, uma vez que a maioria dos pontos está, ainda, com suas prestações em aberto, o que



Reunidos na FCC, representantes dos pontos ouviram do presidente considerações sobre a Teia Catarina e outros assuntos

a é adiada novamente

Fotos: FCC



De acordo com Joceli, não há condições técnico-legais de a Teia Catarina acontecer em março

inviabiliza, por exemplo, o recebimento de valores provenientes de quaisquer repasses governamentais.

“Peço desculpas e paciência. Vamos levantar todas as pendências de análise, e colocar essa questão em dia”, assegurou. Para cumprir o compromisso, Joceli pediu aos representantes um prazo. Segundo afirmou, na primeira semana de fevereiro, a FCC divulgará um cronograma das avaliações das prestações de contas.

Em relação ao pagamento da terceira parcela do convênio, outro motivo de preocupação para os pontos de cultura, o presidente da FCC adiantou que o repasse do governo federal sofrerá um atraso, conforme foi declarado pela coordenadora da Secretaria de Cidadania Cultural (SCC MinC), Márcia Rollemberg, em reunião que aconteceu em Brasília, e que tinha como tema central a captação de recursos via Lei Rouanet, para a recuperação da Ponte Hercílio Luz, de Florianópolis. .

Essa demora no repasse dos valores deve criar um problemático período durante o qual os pontos ficarão sem recursos, que devem acabar em março.

Segundo explicou Joceli, o MinC deve liberar a parcela provavelmente em maio, o que significaria dois meses sem recursos para que os pontos dêem continuidade às suas atividades.

Thiago Skárnio, coordenador do Pontão Ganesha, sugeriu ao presidente da FCC a análise da possibilidade do governo estadual ajudar a intervir no problema, fazendo um “repasso provisório” de uma quantia para cada ponto, no sentido de viabilizar a manutenção das atividades durante esse tempo. Uma alternativa, por exemplo, seria a utilização dos recursos provenientes dos juros da aplicação do repasse federal.

Em paralelo, Leone Silva, do ponto de cultura Teatro Vivo, solicitou que a normativa do MinC fosse disponibilizada

à rede de pontos, para que os próprios ponteiros dirigissem seus questionamentos e necessidades ao ministério, solicitando agilidade na solução do problema.

Joceli sugeriu, então, que se forme uma comissão dos pontos, que ficaria responsável pela apresentação de alternativas para a solução do problema. “Quem vai nos dar a direção é a legalidade”, afirmou, justificando que toda e qualquer solução encontrada terá, necessariamente, que ser amparada pela legislação.

Ao fim da reunião, ponteiros e representantes da FCC lembraram os três pontos discutidos e as pendências de cada lado. Enquanto os representantes dos pontos devem apresentar sugestões de datas para a Teia Catarina e alternativas para “cobrir” a lacuna financeira que se abre ao final das atividades dos projetos, em março, a FCC se compromete a divulgar, na primeira semana de fevereiro o calendário das avaliações das prestações de contas. Pelos dois lados, muito trabalho a fazer.

<http://ganesha.org.br>

Ganesha
DIGITAL



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição - Uso Não Comercial - Obras Derivadas Proibidas 3.0 Não Adaptada.